

POLÍTICA ECONÔMICA

Cortes no Orçamento não atingem militares

Ministério da Fazenda poderá fazer cortes nas verbas de programas sociais mas recursos para as áreas militares não serão reduzidos; proposta ainda deve ser discutida com o Planejamento

BRASÍLIA — A proposta de corte no Orçamento de 1994 apresentada pela equipe econômica poupa os recursos destinados aos ministérios militares, mas avança sobre despesas consideradas prioritárias como o programa de saúde, benefícios previdenciários, merenda escolar, programa contra fome e assentamento rural. "Estes programas passarão por um pequeno corte. Mas a orientação é nem pensar em cortar o dinheiro dos militares", disse um técnico que participou das discussões para a montagem da proposta orçamentária de 1994.

Os cortes foram definidos pela equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso, sem uma discussão prévia com os especialistas da área de orçamento, subordinados ao ministro Alexis Stépanenko, do Planejamento. A equipe do Ministério da Fazenda quer cortar, por exemplo, recursos equivalentes a 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) (cerca de US\$ 4,2 bilhões) das dotações destinadas a saúde e educação e outros US\$ 2 bilhões dos ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social. Nestes ministérios estão alocadas as chamadas subvenções sociais — verbas políticas.

A proposta da Fazenda divide os ministérios em três grupos: aqueles em que é fácil fazer cortes, como MIR e Bem-Estar Social; outros em os que os cortes são difíceis, e os que terão suas dotações preservadas. O ministro Cardoso quer limitar a folha de pagamento do funcionalismo público a 5% do PIB, ou US\$ 21 bilhões. "Só que o líder do governo já disse que não

se altera a política salarial do setor público", lembra um técnico, referindo-se ao deputado Roberto Freire. Limitar os gastos ao teto defendido por Cardoso significa, segundo os técnicos, estabelecer uma política salarial com reajustes pela inflação média, o que contraria a legislação em vigor, que deve valer até maio.

PEDIDOS DE CRÉDITO SERÃO AVALIADOS

LDO — O presidente Itamar Franco, apesar dos protestos dos líderes partidários, saiu vitorioso ontem na Comissão Mista do Orçamento. A Comissão decidiu alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para ter condições legais de avaliar os pedidos de créditos suplementares feitos ao Congresso pelo governo para fechar as contas deste ano. Foram solicitados CR\$ 4 trilhões em 114 projetos, mas 45 destes pedidos chegaram no dia 5 de novembro, quando o prazo final da lei era o dia 31 de outubro.

Os 45 pedidos fora do prazo somam CR\$ 3 trilhões e incluem pedidos de verba para dar continuidade, por exemplo, a obras polêmicas como o edifício sede do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília.

Na reunião de ontem, dois oficiais do Exército — o general Carlos Uchoa, subchefe do Estado-Maior do Exército, e o coronel Nelson Lemgruber, do Estado-Maior das Forças Armadas —, foram ao Congresso argumentar em favor do Executivo. As Forças Armadas estão pedindo CR\$ 60 milhões de créditos adicionais para três projetos e solicitaram compreensão dos integrantes da Comissão para



obterem a concessão. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que antes foi

contra a aceitação dos créditos enviados fora do prazo, mudou de idéia.

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Raimundo Lyra (PFL-PB), também apoiou o Executivo: "Não podemos ser tão burocráticos na questão do prazo da lei". Humberto Souto (PFL-MG), discordou, acrescentando que o respeito à lei pelo Executivo é essencial para moralizar a Comissão. "Do contrário, o Congresso vai pagar a conta, perante a opinião pública, de todas as irregularidades no Orçamento."

Souto e dois outros deputados, farão uma triagem dos pedidos de créditos suplementares.

Protásio Nene/AE—13/11/92



Itamar: vitória na comissão